

Riscos, Uma Oportunidade para a Reinvenção da Vida

GIDDENS, Anthony. **A Política da Mudança Climática**. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2010.

ISBN 978-85-378-0261-8 7

À primeira vista o leitor pode estranhar como Anthony Giddens¹ apresenta seu livro "A Política da Mudança Climática", logo em suas primeiras linhas, afirmando tratar-se de uma obra sobre "pesadelos, catástrofes... e sonhos". Afinal se as duas primeiras palavras possuem um significado negativo, a terceira nos remete a um campo semântico mais positivo, onde reside o onírico e o criativo.

No entanto, é justamente com criatividade que Giddens propõe tratar de matéria tão urgente: as mudanças climáticas. E aqui reside o ponto central deste livro: os riscos trazidos por essas brutais alterações do clima devem ser vistos como novas oportunidades. Oportunidades essas que abrirão caminho para uma nova forma de sociedade.

Ao nos propor arriscar a sorte e enfrentar essa nova transição civilizatória com uma dose de utopia, ele, na verdade, vislumbra aí uma nova era, na qual o homem deverá usar todo o seu potencial criativo para reinventar a vida, com novos estilos de viver, de gerenciar os negócios e de fazer política.

Giddens é contrário a que os responsáveis pelas decisões políticas tratem a questão das mudanças climáticas promovendo uma histeria coletiva. Ele cita o Nobel da Paz Martin Luther King, como um modelo de liderança a ser seguido. Imortalizado por seu célebre discurso: "Eu tenho um sonho", Luther King conclamou os negros a lutarem pelos seus direitos civis de uma

¹ Anthony Giddens é professor de Sociologia da Universidade de Cambridge e membro do King's College. Em sua obra destaca-se uma forte crítica sobre a modernidade e a globalização. Publicou mais de 20 livros, dentre os quais: Para Além da Esquerda e da Direita (1996), A transformação da intimidade (1993), As consequências da modernidade (1991).

Andréa Mello Gouthier de Vilhena

- Jornalista Doutoranda do Centro de Desenvolvimento Sustentável (UnB)
- Pesquisadora da Sub-Rede em Desenvolvimento Regional da Rede Clima (MCT/INPE).
- Mestre em Ciência da Informação, área de concentração Comunicação Científica (UFRJ/IBICT).
- Jornalista (ECO/UFRJ), especializada em Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

forma positiva. O medo e a angústia, explica Giddens, não são bons motivadores.

A importância do papel do Estado como planejador é ressaltada pelo autor. Entre outras tarefas, ele deve entrar em cena para introduzir e manter na vida das pessoas a preocupação com as mudanças climáticas, restringindo ou supervisionando, por exemplo, opções de consumo. Nesse caso, Giddens afirma que, se for preciso, o Estado não deve temer o enfrentamento com as grandes empresas. E se assim for, não considera essa atitude um atentado às liberdades civis, pois, segundo ele, o que essas empresas fazem é manipular nossas escolhas. Então o Estado entraria para neutralizar essa influência.

Não cessa aí o papel que Giddens atribui ao Estado. O autor explica que cabe a ele, também, um papel dominante na reconstrução econômica dessa nova era que se anuncia. Em sua opinião, o Estado deve agir como facilitador e viabilizador, estimulando os diversos grupos sociais a buscarem novas formas de lidar com as mudanças climáticas. Além disso, deve assegurar que essa busca tenha resultados definidos.

O planejamento futuro, antes baseado em previsões, hoje não pode mais se restringir a elas. As previsões são projeções fundamentadas em tendências atuais. No caso das mudanças climáticas, em que o futuro é "intrinsecamente incerto", ele recomenda a utilização da retrovisão (backcasting) como ferramenta de trabalho. Essa ao invés de tentar revelar o futuro, projeta para ele um resultado exitoso e, a partir daí, indaga que mudanças poderiam ser implementadas no presente, para alcançá-lo.

Se a previsão é construída sob um cenário único, onde não há lugar para o imprevisto, a retrovisão trabalha com cenários plurais, que aceitam se ajustar às diversas contingências. Giddens explica que o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (IPCC) adota essa última abordagem do futuro, mais dinâmica.

Embora a retrovisão seja mais adequada para o planejamento ambiental e energético, devido à complexidade das variáveis envolvidas e da escala temporal mais estendida sob as quais essas devem ser analisadas, Giddens afirma que o planejamento governamental não deve descartar as previsões.

As duas formas podem ser utilizadas de modo complementar. A previsão identificaria as medidas políticas que produzem resultados de curto prazo e a retrovisão, as de longo prazo.

Por mais planejado que seja o futuro, o autor sublinha que ele sempre envolverá risco e insegurança. Não há como evitar a imprevisibilidade. Sendo assim, Giddens, diz que é preciso aprender a lidar com ela. "Procurar alterar as atitudes populares em relação ao risco é parte essencial da política de planejamento" (pág.131).

No caso do aquecimento global, o que impera parece ser uma certa letargia das pessoas que continuam sem reagir, diante dos perigos que o fenômeno representa. De acordo com as pesquisas de atitudes, essa aparente alienação não é devido ao desconhecimento do problema, pois grande parte da população já reconhece a ameaça que ele significa. No entanto, como os riscos não são "palpáveis, imediatos ou visíveis no decorrer da vida cotidiana" (pág. 20), elas não se mobilizam para alterar suas vidas de forma a enfrentá-lo. A essa forma de reação, ou melhor, de não reação, o autor chama de "paradoxo de Giddens".

No enfrentamento desse paradoxo, encontra-se a última etapa de um processo que começou com uma maior conscientização por parte da maioria dos líderes políticos e seguirá pela necessária inserção do aquecimento global em suas agendas políticas e nas das instituições.

Na busca por mudanças de comportamento das pessoas, Giddens nos chama a atenção para o fato de que é muito mais fácil motivá-las a agirem em busca de uma maior segurança energética do que em busca de limites para o aquecimento global, muito embora as duas questões estejam intrinsecamente relacionadas. Sendo assim, ele diz que as políticas de mudança climática devem investir na eficiência energética, assim como na redução de nossa dependência por petróleo, gás natural e carvão, combustíveis fósseis que são responsáveis pelos gases de efeito estufa e, em consequência, pelo aquecimento do planeta.

A tecnologia, segundo o autor, desempenha um importante papel na promoção de estilos de vida com baixo teor de carbono. "As tecnologias necessárias

para reduzir nossa vulnerabilidade à escassez de energia e diminuir as emissões de carbono são as mesmas: incluem as energias eólica, solar e das ondas, hidrelétrica e termelétrica" (pág. 57). O problema atual dessas tecnologias, explica o autor, é torná-las competitivas com as fontes de energia dos combustíveis fósseis. Isso pode ser feito por meio de avanços tecnológicos ou por meio de concessão de subsídios públicos.

A transição para uma economia de baixo teor de carbono deve nos conduzir a um "New Deal", criando novas oportunidades de negócios e novos empregos.

Essa nova fase exigirá investimentos públicos tanto em infraestrutura como em pesquisas.

No entanto, de nada valerá conseguirmos poupar energia, usar fontes mais limpas em um canto do planeta, se no restante tudo continuar como está. Por isso, tal como o Relatório Brundtland, Giddens defende uma forma de governança internacional mais colaborativa entre os países. Nesta, o compartilhamento das descobertas científicas e a transferência de tecnologias de países mais desenvolvidos poderiam ajudar os países mais vulneráveis a enfrentar os desafios dessa nova era.

